



Índice

- 01** [Quilombolas protestam no Palácio do Planalto, por demarcação de terras](#)
- 02** [Carta Aberta da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena sobre a implementação dos Territórios Etnoeducacionais](#)
- 03** [Comitê Popular da Copa e Mobilização Nacional Indígena denunciam violência policial](#)
- 04** [Indígenas participarão de coletiva de imprensa sobre ação violenta da polícia e encontram com presidente da Câmara dos Deputados](#)
- 05** [MPF recomenda que a prefeitura de Jacareacanga recontrate imediatamente professores indígenas](#)
- 06** [MPF/AM: Justiça Federal suspende implantação do Polo Naval do Amazonas](#)
- 07** [MPF/ES discute demandas ambientais e das comunidades tradicionais em audiência pública](#)
- 08** [Comitê da bacia lança campanha pela revitalização do Rio São Francisco](#)
- 09** [SE – Quilombolas resistem e não deixam terras que ocupam há mais de um século](#)
- 10** [Mais Médicos leva profissionais para terras indígenas](#)
- 11** [Com apoio da torcida, time indígena vence o 'Cidade de Oiapoque' no AP](#)
- 12** [Jogadoras de aldeia indígena da BA sonham visitar CT da Seleção Alemã](#)



- 13** Casal é executado a tiros em aldeia indígena em Marcação, na Paraíba
- 14** Quem aguenta ser pisado por cavalo e não reagir?
- 15** A Copa é espaço da política, por Elaine Tavares
- 16** Carta de Vila Velha
- 17** MPP denuncia violência contra pescadores e quilombos da comunidade Monte Recôncavo, na Bahia
- 18** Acampamento Terra Livre 2014: Todo Dia É Dia De Lutas
- 19** O Ajuste de Direitos proposto pelo Ministro da Justiça
- 20** PEC 215 não irá a votação sem consenso, diz presidente da Câmara
- 21** CHUPINGUAIA - Governador autoriza construção de escola indígena
- 22** Vadinho pede ponto facultativo por aniversário da morte de Oziel Gabriel
- 23** Indígenas do Pará revelam atrocidades do Exército
- 24** Renan reafirma a indígenas compromisso com demarcação
- 25** Em homenagem a Oziel; jovens indígenas farão Concurso "Miss Resistência"
- 26** Em Brasília, índios ocupam acessos do Ministério da Justiça
- 27** Líderes indígenas apresentam reivindicações na Câmara e no Senado
- 28** Atendimento em áreas especializadas é oferecido para indígenas
- 29** Indígenas realizam nova manifestação na Esplanada dos Ministérios
- 30** Protestos mudam de cara e são liderados por militância política

Quilombolas protestam no Palácio do Planalto, por demarcação de terras

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 28.05.2014

A Proposta de Emenda à Constituição 215 prevê a demarcação de terras indígenas e de quilombolas

Cerca de 100 quilombolas protestaram em frente ao Palácio do Planalto, na manhã desta quarta-feira (28/5). Eles pediram, ao som de batuques, por agilidade na demarcação de terras. A manifestação ocorreu no momento em que a presidente Dilma Rousseff anunciava novas regras para o comércio de diesel no Palácio do Planalto.

De acordo com a Central de Atendimento e Despacho, o grupo reivindica a não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que prevê a demarcação de terras indígenas e de quilombolas. Segundo o articulador geral do Movimento Quilombola do Maranhão, Gil Quilombola, as comunidades de nove estados estão reunidas em Brasília para pedir o título das terras que ocupam. "Estamos sendo expulsos e a Justiça não age para nos dar o que é nosso", reclama Gil. Ele alega que o período médio para a liberação dos documentos varia muito e em alguns casos, como em Bacuri, no Maranhão, já leva mais de 19 anos. "Queremos chamar a atenção das pessoas para a nossa causa", diz.



Esplanada: protesto provoca lentidão no trânsito

Os manifestantes fecharam a pista que dá acesso ao Palácio do Planalto, no sentido Sul-Norte da Esplanada dos Ministérios. O trânsito ficou bastante complicado para quem passava pela região. O grupo se dispersou no início da tarde e o trânsito já flui normalmente.



Carta Aberta da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena sobre a implementação dos Territórios Etnoeducacionais
SÍTIO CIMI, 28.05.2014

A Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), reunida em sua 1ª reunião ordinária, nos dias 27 e 28 de maio de 2014, tendo como pauta principal a avaliação dos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), no marco dos 5 anos de publicação do Decreto 6861/2009 que institui os TEEs para a gestão da educação escolar indígena, constata que há previsão de 41 TEEs em diferentes etapas do processo de implementação, sendo que apenas 60% (24 TEEs) já estão pactuados. Tendo sido os primeiros TEEs pactuados em 2009, a CNEEI reconhece que já há experiência suficiente para uma avaliação da operacionalização das ações previstas no Decreto 6861/2009, para a proposição de encaminhamentos para a efetivação deste novo modelo de organização da educação escolar indígena e para a superação dos problemas e dificuldades estruturais diagnosticadas, conforme apresentado a seguir.

Considerando que:

O modelo dos Territórios Etnoeducacionais trouxe a esperança de um novo desenho para a educação escolar indígena com respeito às diferenças culturais, históricas e sociais destas populações;

Os TEEs representam um instrumento inovador para a gestão da educação escolar indígena, que pode constituir um avanço frente aos impasses criados pelo Pacto Federativo na oferta da educação escolar indígena;

Os TEEs representam a possibilidade de organizar a educação escolar indígena a partir da articulação dos povos, sua territorialidade, rompendo com os limites políticos administrativos dos Estados e Municípios;

Os TEEs representam uma instância de controle social, garantindo espaços para a participação indígena na tomada de decisões sobre a política e implementação da educação escolar indígena;

A instituição de uma Comissão Gestora em cada TEE e apoio para a criação e/ou fortalecimento das instâncias já criadas no âmbito dos territórios possibilita o fortalecimento do controle social sobre a Política Nacional de Educação Escolar Indígena;

Os TEEs permitem o fortalecimento do Regime de Colaboração entre os atores no campo da educação escolar indígena, com ações partilhadas e pactuadas entre diferentes instituições e povos indígenas;

O processo de implantação dos TEEs produziu dados e evidenciou diversos problemas enfrentados pelas comunidades indígenas para terem uma educação de qualidade em seus territórios.

CONT.



Avaliando que:

Os TEEs não se tornaram unidades executoras, mantendo as deficiências de implementação e baixa execução das ações do PAR destinadas às comunidades indígenas;

O MEC não se estruturou administrativamente para exercer o papel de coordenador dos TEEs tal como dispõe o Decreto 6.861/2009, não contando com equipe técnica suficiente para os desafios colocados pela nova política que prevê ações de planejamento, acompanhamento e avaliação dos territórios;

A contratação de consultores não é a resposta administrativa adequada para a implantação e implementação dos TEEs, uma vez que estes não podem dar respostas institucionais aos problemas verificados;

Há dificuldades e morosidade no processo de operacionalização do decreto 6.861 com vários territórios ainda não definidos ou pactuados, inexistindo agenda para conclusão da implementação do decreto em todo o país;

Não há informações disponibilizadas qualitativas e quantitativas sobre o funcionamento dos TEEs pactuados, seus êxitos e dificuldades.

O instrumento de pactuação dos territórios não garante o compromisso dos gestores federais, estaduais e municipais, que continuam a atuar de forma desarticulada, gerando ações desencontradas e desconexas no mesmo território.

Recomendamos que:

O MEC estabeleça uma agenda para o processo de consulta, definição e pactuação de todos os TEEs, estendendo a consulta à totalidade dos povos indígenas;

O MEC crie uma estrutura administrativa com quadros permanentes para a gestão e coordenação dos TEEs, com previsão de cargos e realização de concurso público para CGEEI/MEC e com a criação da Diretoria de Educação Escolar Indígena, vinculada a SECADI;

O MEC estude e proponha um instrumento para a autonomia de gestão administrativa e financeira de cada território, por meio da constituição de Unidade Gestora própria para cada território pactuado, superando o atual modelo de financiamento restrito ao PAR;

O MEC crie uma linha de financiamento, via edital do FNDE, com recursos para o processo de implantação e funcionamento dos TEEs voltada para as instituições de ensino superior públicas e organizações da sociedade civil, indígenas e indigenistas;

O MEC constitua a Comissão Gestora Nacional dos TEES, conforme a Resolução 05/2012 CNE-CEB.

Brasília, 28 de maio de 2014.

Membros da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena



Comitê Popular da Copa e Mobilização Nacional Indígena denunciam violência policial
SÍTIO CIMI, 28.05.2014

Segundo balanço divulgado pelo Comitê Popular da Copa no Distrito Federal, quatro mil pessoas participaram da passeata que parou o centro de Brasília, no final da tarde. Pelo menos oito ficaram feridas, entre eles seis indígenas, e três pessoas foram presas, mas já estão soltas (saiba mais). As informações foram divulgadas numa coletiva de imprensa na tarde de hoje (28/5), em Brasília.

Na entrevista, os representantes do comitê reforçaram que a manifestação era pacífica e que foi fechado um acordo prévio com a Polícia Militar para que a passeata seguisse tranquilamente, da rodoviária de Brasília até o Estádio Mané Garrincha. Para o Comitê Popular da Copa, o entendimento foi descumprido pelas forças de segurança quando eles chegaram aos arredores do estádio. Segundo os indígenas presentes no protesto, eles estavam dançando e cantando quando foram surpreendidos pela cavalaria e pela tropa de choque da PM.

O objetivo da manifestação era divulgar, na frente do Mané Garrincha - um dos maiores símbolos do mundial de futebol, os resultados do "Julgamento Popular das Violações e Crimes da Copa", realizado na rodoviária, no meio da tarde. Os cerca de 600 índios que integram a Mobilização Nacional Indígena, que vai até amanhã, engrossaram o protesto e seguiram até o estádio.

"Os indígenas foram vítimas da repressão do Estado em uma caminhada pacífica", salientou Marcos Xukuru, da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME). Ele informou que depois que a tropa de choque barrou a passagem dos manifestantes, eles foram atacados por uma saraivada de bombas de gás e de balas de borracha. Xukuru ressaltou que, se houve reação de alguns indígenas, foi em legítima defesa.

Xukuru e outras lideranças indígenas presentes à coletiva voltaram a condenar o fato de o governo gastar bilhões com os estádios e obras da Copa enquanto as demarcações de Terras Indígenas continuam paralisadas e as políticas de educação, saúde e proteção dos territórios continuam precárias.

"Por causa da Fifa e de um torneio de futebol a população não pode se exprimir e passam por cima de muitas demandas, como a demarcação de terras indígenas, saúde, educação e moradia" criticou Édson da Silva, da Movimento Trabalhadores Sem Teto (MTST). "A polícia não conversa, simplesmente chega e bate. Ninguém é contra a Copa, mas para ter Copa os direitos dos trabalhadores têm de ser garantidos. Copa sem direitos não nos interessa. O legado que a Copa está deixando no Distrito Federal para nós é o aumento dos aluguéis e da dívida pública e um estádio de quase R\$ 2 bilhões", conclui Edson.

Os indígenas participaram da coletiva e mostraram os ferimentos provocados por estilhaços de bombas de gás e efeito moral e balas de borracha. Índios e demais representantes do

CONT.



movimento social destacaram que a passeata tinha grande número de idosos, mulheres, crianças e estudantes e que, mesmo assim, foi violentamente reprimida. Eles cobraram o respeito ao direito dessas pessoas de se manifestar pacificamente.

Ontem, a PM divulgou que teria agido para proteger as pessoas que estavam visitando o estande onde a taça da Copa está sendo exposta, no Mané Garrincha. Depois do início do confronto, a exposição foi suspensa.

O Comitê Popular da Copa também destacou que sempre conversa com a PM no início de seus atos públicos, revelando o itinerário e tentando antecipar eventuais problemas. Os integrantes do grupo também disseram que, apesar do governo ter gastado mais de R\$ 1 bilhão com a segurança do mundial de futebol, a polícia continua despreparada para lidar de forma pacífica com as manifestações.

Para esta sexta-feira (30), está marcado um novo protesto em Brasília contra as ações destinadas a viabilizar a Copa no País. A concentração será às 17h, em frente ao Museu da República. De acordo com os organizadores, eles irão finalizar o ato interrompido ontem. Segundo os integrantes dos movimentos sociais, apesar da repressão policial, as manifestações continuarão.



Indígenas participam de coletiva de imprensa sobre ação violenta da polícia e encontram com presidente da Câmara dos Deputados
SÍTIO CIMI, 28.05.2014

Hoje, às 14h, acontece uma coletiva de imprensa conjunta do Comitê Popular da Copa do Distrito Federal e da Mobilização Nacional Indígena que exporá a repressão policial que aconteceu no ato realizado ontem (27/5) no centro de Brasília. Diversos manifestantes foram presos e feridos pela polícia, que agiu para impedir o livre direito de manifestação de ideias. Estarão presentes feridos no confronto, entre eles seis indígenas. A entrevista acontece na sede do Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (ANDES-SN), no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 3º Andar.

Convocam a coletiva o Comitê Popular da Copa do DF, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Greenpeace, CSP-Conlutas, Juntos!, Rua Juventude Anticapitalista, Movimento Inversão, Movimento Honestinas, Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política do DF, Coletivo Baderna, Movimento Passe Livre, Coletivo Rodamoinho, Mídia Ninja, Conselho Regional de Psicologia do DF, Instituto Socioambiental (ISA) e Centro de Trabalho Indigenista (CTI).

Às 15h30, está marcada uma reunião entre o presidente da Câmara, Henrique Alves (PMDB-RN), e uma comissão da Mobilização Nacional Indígena, no gabinete da presidência da Câmara. A ideia é denunciar e reivindicar o arquivamento das várias propostas em tramitação no Congresso e as medidas do governo federal que pretendem restringir os direitos indígenas e paralisar definitivamente as demarcações de Terras Indígenas no País. Participarão do encontro o cantor Tony Garrido e a atriz Maria Paula. Os demais indígenas que integram a mobilização deverão concentrar-se em frente ao Congresso e lá realizarão rituais e uma vigília contra essas propostas e medidas.

Foi cancelada a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Câmara que estava prevista, na manhã desta quarta (28/5), no auditório Nereu Ramos, na Câmara, como parte da mobilização.

Comitê de Comunicação da Mobilização Nacional Indígena

Renato Santana (Cimi) – (61) 9979-6912 / editor.porantim@cimi.org.br

Patrícia Bonilha (Cimi) – (61) 9979-7059 / imprensa@cimi.org.br

Oswaldo Braga de Souza (ISA) – (61) 9103-2127 / 3035-5114 / oswaldo@socioambiental.org

Inês Zanchetta (ISA) – (11) 3515-8969 / ines@socioambiental.org

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 94 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2014.

Tatiane Klein – (ISA) – (11) 3515-8957 / tatianeklein@socioambiental.org

Helena Azanha (CTI) – (11) 9 7476-8589/ helena@trabalhoindigenista.org.br

Nathália Clark (Greenpeace) – 61 9642-7153 / nathalia.clark@greenpeace.org

Letícia Barros (IIEB) – (61) 3248-7449 / leticia@iieb.org.br



MPF recomenda que a prefeitura de Jacareacanga recontrate imediatamente professores indígenas
SÍTIO PR/PA, 28.05.2014

Prefeitura desobedeceu a legislação e descumpriu todos os objetivos da educação escolar indígena ao demitir 70 professores que educavam há anos nas escolas do povo Munduruku.

O Ministério Público Federal enviou recomendação à Secretaria Municipal de Educação de Jacareacanga para que recontrate imediatamente os 70 professores indígenas que trabalhavam na Terra Indígena Munduruku e não tiveram seus contratos renovados no início do ano. O secretário Pedro Lúcio Santa Rosa da Luz tem prazo de 20 dias para informar ao MPF sobre o cumprimento da recomendação.

Ao descontinuar os contratos dos professores, que trabalhavam há pelo menos 7 anos na educação escolar Munduruku, a prefeitura desobedeceu legislação internacional e nacional, descumprindo os objetivos da educação escolar indígena. De acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Constituição Federal brasileira, às crianças indígenas é assegurado o ensino em sua língua materna, além dos processos próprios de aprendizagem.

Desde 1999, a resolução 3 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, assegura a organização da educação escolar indígena em territórios etnoeducacionais, considerando a participação da comunidade nas suas formas de produção de conhecimento. A mesma resolução determina que a atividade docente nas escolas indígenas deve ser exercida prioritariamente por professores da própria etnia.

Três normativos jurídicos – a resolução já citada, o decreto 6.861/2009 e o parecer 14 do Conselho Nacional de Educação – garantem ainda a esses professores indígenas que eles tenham direito à formação em serviço, ou seja, podem continuar ministrando aulas enquanto fazem cursos de formação. No caso dos professores Munduruku, a formação está ocorrendo no Curso de Magistério Intercultural, no Projeto Ibaorebu de Formação Integral do Povo Munduruku.

O Projeto Ibaorebu é coordenado pela Fundação Nacional do Índio e ainda não foi concluído por responsabilidade exclusiva de problemas da própria organização do curso. Para o MPF, enquanto o Ibaorebu não for concluído, os professores indígenas que já tem experiência devem continuar trabalhando com as crianças Munduruku.

Para substituir os professores indígenas, a prefeitura de Jacareacanga chegou a contratar um número insuficiente de professores que não tem experiência com o povo Munduruku. “Os novos contratados estão com sobrecarga de trabalho, o que põe em risco a qualidade das atividades desenvolvidas”, diz o procurador Camões Boaventura, que expediu a recomendação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 94 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2014.

Veja a íntegra da recomendação aqui. (<http://www.prpa.mpf.mp.br/REcomendacao%20Educacao%20Indigena.pdf>)

Ministério Público Federal no Pará
Assessoria de Comunicação
Fones: (91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708
ascom@prpa.mpf.gov.br
<http://www.prpa.mpf.mp.br>
http://twitter.com/MPF_PA



MPF/AM: Justiça Federal suspende implantação do Polo Naval do Amazonas
SÍTIO PR/AM, 28.05.2014

Medida liminar suspendeu efeitos do decreto de desapropriação e todas as medidas referentes à implantação do empreendimento por ausência de consulta prévia a comunidades afetadas

A Justiça Federal no Amazonas determinou, em caráter liminar, a suspensão dos efeitos do decreto que declarou de utilidade pública áreas para implantação do Polo Naval do Amazonas. Atendendo a pedido do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) em ação civil pública, a Justiça determinou ainda a suspensão imediata de todas as medidas referentes ao projeto de implantação do Polo Naval, enquanto não for realizada consulta prévia, livre e informada das comunidades tradicionais ribeirinhas que vivem na região.

Na ação civil pública, o MPF/AM aponta que a área a que se refere o Decreto nº 32.875/2012, que desapropria os terrenos para a implantação do empreendimento, impactará famílias de, pelo menos, 19 comunidades tradicionais ribeirinhas que vivem na região do Lago do Puraquequara e à margem esquerda do rio Amazonas.

O decreto foi publicado em 10 de outubro de 2012 pelo Estado do Amazonas, sem que fossem realizadas consultas públicas às comunidades tradicionais que vivem na região quanto ao empreendimento. A ausência do procedimento de consulta prévia, livre e informada contraria a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em janeiro de 2013, representantes das comunidades tradicionais ribeirinhas Puraquequara, Bela Vista, Colônia Antônio Aleixo, São Francisco do Mainã e Jatuarana, da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e da entidade não-governamental 'SOS Encontro das Águas', se reuniram com o MPF e apresentaram relatos sobre a existência de um projeto de construção de um polo naval que estava em curso, sobre o qual não tinham sido informados ou consultados. A partir dos relatos e documentos, o MPF/AM instaurou inquérito civil público para apurar o caso.

O procurador da República Julio José Araujo Junior afirmou, na ação, que no termo de referência que embasou o processo administrativo de desapropriação não há qualquer previsão de participação das comunidades ou mesmo consideração acerca dos impactos que o empreendimento causará a elas. "Ao contrário, o que se verifica é, além da desapropriação de áreas, a previsão de construção de uma 'cidade operária', construindo-se moradias na região por meio do Programa 'Minha Casa, Minha vida'", declarou o procurador.

Implantação ilegal e ilegítima – Na decisão liminar, a Justiça Federal acolheu os argumentos do MPF, destacando que a ausência de consulta prévia e livre e consentimento claro das comunidades tradicionais envolvidas no Polo Naval torna a implantação do mesmo ilegal e ilegítima. De acordo com a decisão, "elaborar uma consulta depois de decidido e iniciada a

CONT.



implantação do empreendimento pelo Estado é mera simulação”.

Destaca ainda o surgimento de uma nova modalidade de conflito social na Amazônia Brasileira: a transformação compulsória de integrantes de populações tradicionais em operários florestais. Trecho da decisão afirma que “não pode a Justiça ficar inerte e dar o beneplácito para esse quadro incerto e sombrio, onde o principal prejuízo está relacionado ao desaparecimento da identidade social da Amazônia, da cultura de suas populações tradicionais, da harmonia desses povos com a floresta e os ciclos da natureza”.

Transferência de imóveis para o Estado – A decisão liminar determina também que a União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não realizem qualquer transferência de imóveis de sua titularidade, a qualquer título, para o Estado do Amazonas, ficando expressamente determinado que não promovam a retirada ou remoção das comunidades de suas terras durante a tramitação da ação civil pública, deixando de adotar medidas em favor da implantação do Pólo ou Complexo Naval.

A medida foi pedida pelo MPF/AM em razão da realização de tratativas da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), do Comando da 12ª Região Militar do Exército Brasileiro e do Incra com o Estado do Amazonas para a viabilização do empreendimento, inclusive junto às comunidades, uma vez que parte da área abrangida pelo decreto de desapropriação é de propriedade da União.

A ação civil pública continua tramitando na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o nº 0006962-86.2014.4.01.3200.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 3663-4252 / (92) 8415-5277
pram-ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/mpf_am



MPF/ES discute demandas ambientais e das comunidades tradicionais em audiência pública

SÍTIO MPF/PGR, 28.05.2014

Ambientalistas, pescadores e quilombolas expuseram preocupação com os grandes empreendimentos e outras atividades

A preocupação dos pescadores e das associações quilombolas com os grandes empreendimentos implantados ao redor de suas comunidades, causando a extinção de suas atividades econômicas de sustento e o envenenamento das águas e da população, foi uma das vertentes discutidas durante a audiência pública sobre demandas ambientais e comunidades tradicionais, realizada pelo Ministério Público Federal em São Mateus (MPF/ES), no dia 22 de maio.

O evento, que aconteceu no auditório da Promotoria de Justiça do município, faz parte da ação coordenada "MPF em defesa das Unidades de Conservação (UCs)", promovida pelo MPF nacionalmente em comemoração ao Dia do Meio Ambiente (5 de junho). O objetivo é que procuradores em todo o país atuem coordenadamente para a implementação efetiva das Unidades de Conservação federais, responsabilidade da União, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, principalmente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Durante a audiência, como prestação de contas, foram informadas todas as ações do MPF para defesa do meio ambiente, especialmente aquelas ajuizadas contra Petrobras, TAG S/A e Transpetro por danos ambientais e materiais em suas operações. Foram deferida liminares, nesses processos, para impedir a renovação de licenças ambientais até que se cumpram as condicionantes. No entanto, as decisões foram posteriormente revertidas, em grau de recurso.

O MPF/ES informou, ainda, que conseguiu na Justiça que o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) delimitasse a zona de amortecimento de todas unidades de conservação no Norte do Estado. O representante do ICMBio disse que as áreas de amortecimento já estão sendo delimitadas e, atualmente, está sendo elaborado o plano de manejo das unidades que ainda não o têm.

Demandas - A audiência pública, presidida pelo procurador da República Leandro Mitidieri, teve como intenção levantar as principais demandas ambientais e de comunidades tradicionais no Norte do Espírito Santo, para que as unidades de conservação sejam efetivamente implantadas e consigam cumprir seu papel de conservação da natureza. Segundo Mitidieri, o evento foi muito produtivo para a prestação de contas sobre atuações em curso e vitórias já obtidas. "Também serviu para a ciência de novas questões trazidas, que foram devidamente registradas e ensejarão as medidas cabíveis", ressaltou.

CONT.



Estiveram presentes na audiência pública os procuradores da República Walquiria Imamura Picoli e Almir Teubl Sanches; representantes do Ibama, do ICMBio, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; da Polícia Ambiental, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), associações e ONGs ligadas ao tema do evento; associações de quilombolas e pescadores, além de representantes das empresas Petrobras, Vale, Fibria, entre outros.

Comunidades tradicionais - Os professores da Ufes solicitaram maior rigor nas concessões de licenciamentos ambientais. Também pediram que, além da implantação das unidades de conservação, haja prioridade na questão da demarcação de terras quilombolas, tendo em vista o trabalho de conservação ambiental praticado pelas comunidades.

A professora Simone Raquel Ferreira defendeu a ideia de ações mais práticas para soluções dos problemas enfrentados pelas comunidades tradicionais, sobretudo quanto ao envenenamento da população quilombola e das águas da região por agrotóxicos, que são utilizados nas plantações de eucalipto e cana. Abordou, ainda, a titulação das terras devolutas em favor das comunidades quilombolas, titularizadas ilicitamente para as empresas produtoras de eucalipto, e a demarcação dos territórios pesqueiros.

A procuradora da república Walquiria Imamura Picoli informou que, quanto ao problema do veneno utilizado nas plantações de eucalipto e cana, foi instaurado um procedimento investigatório sobre o assunto. O tema se tornou umas das prioridades da Procuradoria da República em São Mateus. Foi instaurado, também, um inquérito civil e no final de 2013 foi ajuizada uma ação contra a Fibra, BNDES, Estado do Espírito Santo e Incra para apurar os fatos concernentes às terras devolutas griladas, em que foi concedida medida liminar para que o BNDES cessasse qualquer financiamento para a empresa Fibria em atividades nessas áreas, para que elas fiquem indisponíveis até o término da ação. O pedido final dessa ação é que, sendo comprovada que são devolutas, sejam as terras transferidas às comunidades tradicionais.

O procurador da República Almir Teubl Sanches também prestou contas sobre sua atuação em relação aos grandes empreendimentos na região de Linhares e sobre as reuniões com as comunidades indígenas.

O procurador da República Leandro Mitidieri informou, ainda, que os territórios pesqueiros já são entendidos como um direito pelo MPF de acordo com a Convenção 169 da OIT, que assegura o direito às comunidades tradicionais, o que inclui os pescadores artesanais. Tais direitos são assegurados em ações já ajuizadas pela Procuradoria.



Comitê da bacia lança campanha pela revitalização do Rio São Francisco
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

Andreia Verdélio – Repórter da Agência Brasil

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco divulgou hoje (28) a campanha “Eu viro carranca pra defender o Velho Chico”, que estabelece o dia 3 de junho como o Dia Nacional em Defesa do Velho Chico, como o rio é chamado pelos ribeirinhos. Nessa data, várias mobilizações devem ocorrer em toda a extensão da bacia, com o objetivo de alertar a população sobre a importância de revitalizar o rio.

Miranda falou ainda sobre a forte estiagem que atinge o Velho Chico, a pior em 50 anos, e sobre a vulnerabilidade do rio. “O Brasil é um país privilegiado em termos de recursos hídricos, mas isso não quer dizer que essa água se distribua de maneira igualitária. É como a natureza trabalha. Enquanto a Região Norte tem praticamente 65% dessa disponibilidade, no Nordeste temos apenas 3%. Há essa disparidade e, nesse contexto, o São Francisco é determinante e está sob enorme pressão de demandas para usos múltiplos”.

Além da geração de energia, o rio é usado para irrigação, pesca artesanal, turismo, navegação, consumo humano, entre outros. “E os usos são conflitantes, então há a necessidade de um planejamento rigoroso e uma concertação de interesses para se antecipar aos conflitos pelo uso da água”, disse Anivaldo Miranda.

O Comitê do São Francisco pede a sua inclusão na nova versão do Conselho Gestor da Revitalização. Para o grupo, um projeto real de revitalização é a única forma de barrar a degradação e melhorar a gestão dos recursos hídricos em projetos futuros.

O Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco foi criado em 2004, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com 14 ministérios, entre eles o da Integração Nacional.

Estão previstas para o dia 3 de junho ações como uma barqueata (cortejo de barcos) ecológica na cidade de Três Marias (MG); caminhadas, plantios de mudas e palestras sobre educação para as águas nos municípios de Bom Jesus da Lapa (BA), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE); além de peixamento (colocação de alevinos) à beira do rio e doação simbólica de água ao Velho Chico, em Penedo (AL).

Edição: Davi Oliveira.



SE – Quilombolas resistem e não deixam terras que ocupam há mais de um século
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 28.05.2014

Por Carol Westrup, de Sergipe (SE), em Brasil de Fato

Segunda-feira, dia 26 de maio de 2014. Entre a paisagem rústica da região do Baixo São Francisco sergipano, os arrozeiros e as criações de peixe, homens e mulheres, em círculo, aglomeravam-se inquietos na sede da comunidade quilombola da Resina. Motivo? Uma decisão judicial de reintegração de posse de uma área de mais de 70 hectares, onde mais de 40 famílias sobrevivem e cultivam a sua vida.

Em minúcias, a decisão proferida pelo juiz federal, Ronivol de Aragão, no dia 29 de abril, demanda que as mais de 40 famílias saiam da sede da comunidade quilombola da Resina para que a então proprietária, Ana Catarina Santos Martins, tome posse. O prazo final para o cumprimento da sentença terminou ontem (27), mas a comunidade resiste e permanece no local.

Representante do INCRA, Antonio Oliveira dos Santos, também membro da Comissão designada para emitir o relatório para a Justiça Federal, e o ouvidor agrário Paulo Chagas, estiveram no local nas primeiras horas da manhã do dia 26, para ler a decisão judicial para a comunidade.

Os quilombolas ouviram a decisão e se manifestaram pela resistência e permanência nas terras, enquanto não houvesse a presença de um oficial de Justiça para informá-los sobre o processo de desocupação.

Nesta quarta-feira (28), algumas lideranças da comunidade da Resina e a articuladora do Movimento Nacional de Direitos Humanos, em Sergipe (MNDH-SE), Lidia Anjos, estarão em reunião com os representantes do INCRA-SE para avaliar quais serão os encaminhamentos para evitar um confronto emergente, visto que um pedido de titularização do local já foi emitido pelos quilombolas nos órgãos competentes.

“Precisamos da titulação do nosso território o quanto antes. Não podemos esperar nem mais um dia para ter a regulamentação daquilo que é nosso, de fato e de direito”, afirma Clesivaldo, uma das lideranças quilombolas.

Histórico

O impasse pelas terras é antigo. Em 2010, o Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação contra a construtora Norcon, denunciada por comprar terras da União, na região que envolve a Resina, além de ameaçar diversas comunidades na região.

CONT.



A partir deste processo, o mesmo juiz, Dr. Ronivol de Aragão, deu ganho de causa a favor do MPF, reconhecendo que aquelas áreas (cerca de 800 hectares) pertenciam à União. Ao mesmo tempo em que houve esse reconhecimento, outro processo estava sendo concluído.

Um laudo feito pela Fundação Palmares – órgão responsável por averiguar as origens das terras remanescentes de quilombos – constatou que os mesmos 800 hectares são ocupados por comunidades de origem quilombola há mais de cem anos. A partir de então a instituição encaminhou para os órgãos responsáveis um pedido de titularização dessas terras para que fossem reconhecidas como de origem quilombola.

Contudo, apesar de diversos esforços dessas comunidades, desde julho de 2012, esse processo ainda está esperando pela regulamentação. Essa morosidade ensejou uma ocupação dos moradores da Resina no início de maio deste ano, na sede do INCRA, em Aracaju. A principal pauta era, justamente, a cobrança da titularização.

Entretanto, durante o processo que envolveu o MPF e a Norcon, em 2010, houve um pedaço de terra de 70 hectares, que não pertencia à Construtora e que está sendo reivindicada agora, pela autora do processo que culminou com a decisão de desapropriação.

O que complica ainda mais a situação é que o local reivindicado representa o coração do sistema produtivo da comunidade, onde se concentra o plantio do arroz e a criação dos peixes. A população estima mais de 50 mil reais de prejuízo se a desapropriação realmente vir a ocorrer.

“Minha vida está aqui, o sustento da minha família está aqui. É certo deixar de dar para 42 famílias, isso é a justiça?”, indaga Iraneide Machado, de 37 anos e mãe de sete filhos. Da mesma forma D. Marília dos Santos, que há 48 anos mora na Resina, e viu os seus 15 filhos nascerem e sobreviverem desta terra não aceita a decisão. “Vi os meus filhos se criarem aqui, aqui plantamos, cuidamos e colhemos o que a terra nos dá, não podemos aceitar essa situação, onde vamos plantar, onde vamos guardar o nosso arroz?”, pergunta.

Titulação

O próprio INCRA -SE, através de laudos e estudos, já reconheceu toda a área – incluindo os 70 hectares, que são o motivo do imbróglio jurídico – como terra da União, restando, de fato, somente a titulação deste território.

Durante essa semana, os representantes do INCRA ficaram responsáveis, inclusive, de intermediar essa situação junto a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), além das instâncias do INCRA, em Brasília (DF), para apressar a titulação dessas terras de origem quilombolas.

Possível confronto diário

Com a decisão judicial, as terras da Resina são, praticamente, divididas ao meio. O coração produtivo da comunidade ficará com a autora da ação, enquanto o restante do terreno permanecerá sob posse da comunidade da Resina, ou seja, as duas partes terão que conviver,

CONT.



diariamente.

Para exemplificar a situação; para que a autora do processo chegue até a área que ela pleiteia sendo sua, ela terá que passar por terras quilombolas, não existe nenhum outro acesso por terra, somente pelo rio.

Para uma das lideranças da comunidade da Resina, Clesivaldo, a divisão desta área gerará um conflito diário.

“Como vamos conviver juntos em um mesmo espaço? Essa decisão judicial irá criar um confronto enorme entre a gente. Já se sabe inclusive que os fazendeiros da região, quando essa terra for desapropriada, farão um grande churrasco de comemoração do nosso despejo, você tem noção de onde isso pode chegar?”, arremata Clesivaldo.

Edição: Simone Freire



Mais Médicos leva profissionais para terras indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 29.05.2014

Com médicos em tempo integral, 640 mil indígenas habitantes de aldeias em áreas demarcadas recebem cuidados de Atenção Básica

Os estados de Sergipe (SE) e Alagoas (AL) formam um único Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) que atende a uma população de 13.098 indígenas situados em 29 aldeias espalhadas em dez municípios (nove em Alagoas e um em Sergipe). A chegada de sete profissionais do programa Mais Médicos nesse DSEI permitiu a permanência de médicos nos postos de saúde de segunda a sexta e em tempo integral. Até agora, o programa Mais Médicos já levou 305 profissionais para 34 DSEIs em todo o País.

Ao todo, o DSEI de Alagoas/Sergipe possui 12 Polos-Base de Saúde que atendem a região e oferecem o serviço de Atenção Básica às comunidades indígenas. "A gente tinha dificuldade com os horários dos médicos, era um problema sério. Não tinha médico para trabalhar 40 horas por semana. Agora com o Mais Médicos nós temos", revela a coordenadora do DSEI Alagoas/Sergipe, Genilda Leão da Silva.

Um dos médicos que chegou ao distrito indígena foi o cubano Ricardo Marsan Perez, que atende as etnias Karuazul e Katokinn no município de Pariconha, em Alagoas. "Nós trabalhamos com demanda agendada. Tem um horário para as crianças, outro para as gestantes, outro para os idosos e também reservamos um espaço para as emergências que chegam durante o dia", explica o médico Ricardo. Ele também participa de visitas domiciliares nas aldeias e das campanhas vacinais.

Técnica de enfermagem e liderança indígena da etnia Karuazul, Lindaci Lindaura, de 43 anos, reforça que a chegada do Dr. Ricardo melhorou o atendimento no posto de saúde. "Ele atende todo mundo muito bem, é educado. Estão todos felizes", ressalta Lindaci. Para ela, o problema também era a falta de médicos que trabalhassem 40 horas semanais. "Tínhamos dificuldades por isso. Quando não tinha médico no posto, tínhamos que mandar o paciente para Delmiro Gouveia (AL)", relata Lindaci, citando o município vizinho.

A outra etnia atendida pelo Dr. Ricardo é a Katokinn, também no município de Pariconha (AL). A cacique da aldeia, Maria das Graças, de 53 anos - que também é conselheira distrital de saúde - reforça a dificuldade das aldeias em ter um médico com dedicação exclusiva. "Não tinha médico suficiente para suprir as carências dos povos. A gente chegou a passar até seis meses sem médico em alguns Polos de Saúde", comenta a cacique, ressaltando que, dependendo da distância da aldeia, a situação era ainda mais difícil.

Saúde Indígena

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 94 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2014.

Em todo o Brasil, cerca de 640 mil indígenas habitantes de aldeias em terras demarcadas recebem os cuidados da Atenção Básica do Ministério da Saúde por meio da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI). Mais de 15 mil profissionais compõem as equipes multidisciplinares de saúde indígena que visitam periodicamente aldeias em todo o País.



Com apoio da torcida, time indígena vence o 'Cidade de Oiapoque' no AP
SÍTIO G1, 29.05.2014

*Karipuna venceu o Tubarão em uma virada e com ajuda decisiva da torcida.
Time campeão levou troféus, medalhas e R\$ 5 mil e o vice 2,5 mil*

Karipuna e Tubarão decidiram a edição 2014 da Copa Cidade de Oiapoque – a cerca 590 quilômetros de Macapá, no extremo norte do Estado. A partida aconteceu debaixo de forte chuva, no estádio Natizão.

A competição teve a participação de dez equipes, divididas em duas chaves. O Tubarão saiu na frente, mas o Karipuna estava com a torcida em peso. Deu certo: o time indígena acabou fazendo uma grande virada e venceu o jogo pelo placar de 4 a 3.

- O grupo está de parabéns. Treinamos durante duas semana e acho que merecemos esse resultado – disse o técnico José Garcia.

O time vencedor, que vem da Aldeia do Manga, foi premiado com troféu, medalhas e R\$ 5 mil. Tubarão, o vice-campeão, levou R\$ 2.500.



Jogadoras de aldeia indígena da BA sonham visitar CT da Seleção Alemã

SÍTIO G1, 29.05.2014

*Time formado há três anos tem 23 atletas: "elas correm muito", diz técnico.
Cacique já enviou ofício pedindo a visita; CT da Seleção é perto da aldeia.*

Um time feminino de futebol localizado na Aldeia Coroa Vermelha, na cidade Santa Cruz Cabralia, extremo sul da Bahia, quer conhecer a Seleção da Alemanha, que vai ficar hospedada a poucos quilômetros do local, na Vila Santo André.

Elas são tão apaixonadas por futebol que convenceram o cacique da aldeia a fazer um ofício para a Comissão Local de Assuntos da Copa pedindo uma visita ao Centro de Treinamento (CTs) da Alemanha. Na ocasião, as indígenas farão apresentação cultural e querem um jogo-treino com as estrelas da Seleção Alemã. "Seria legal chegar perto de um profissional, de um jogador, ver e até aprender um pouquinho, não é? Quem sabe", afirma Rosângela Souza.

Elas moram em Coroa Vermelha, maior aldeia urbana do país. O time de futebol feminino foi formado há três anos e conta com 23 mulheres de diferentes idades. "A gente tem um preparo físico que já vem de nossa cultura indígena mesmo. Elas correm muito. Junto com a correria, a gente já trabalha os dribles, o toque de bola", explica o técnico da equipe, Ubirai Pataxó.

O campo fica no meio da aldeia, ao lado da cruz em que foi realizada a primeira missa do Brasil. Algumas jogadoras levam o treino a sério. Tem o sonho de virar profissional e ser uma estrela do futebol. "Se tiver uma vaga na seleção brasileira, com certeza eu vou", afirma Txanaha Pataxó.



Casal é executado a tiros em aldeia indígena em Marcação, na Paraíba

SÍTIO G1, 29.05.2014

*Segundo parentes, mulher estava grávida de dois meses.
Homem tinha ido visitar irmão com a companheira na noite de quinta (29).*

Um casal foi executado na noite de quarta-feira (28) na aldeia indígena de Tramataia, no município de Marcação, distante cerca de 85km de João Pessoa. Segundo informações da polícia, o homem de 29 anos visitava o irmão, que vai viajar para região Sul do país na próxima semana. Os bandidos são duas pessoas que se aproximaram numa moto, atiraram e fugiram.

Segundo a perícia, cinco tiros atingiram o homem na região da cabeça. A companheira dele foi atingida por dois disparos na nuca e no rosto. Segundo a família, ela estava grávida de dois meses.

A mãe da vítima informou à polícia que o rapaz tinha inimigos em Jacumã, no litoral sul da Paraíba, mas não tinha conhecimento sobre possíveis inimizades também em Marcação. Segundo o sargento Antônio Celestino, da Polícia Militar, o casal traficava e consumia drogas e o homem já tinha cumprido pena.



Quem aguenta ser pisado por cavalo e não reagir?

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 29.05.2014

A líder indígena Sonia Guajajara afirmou nesta quarta-feira (28) que as flechadas contra policiais militares no protesto contra a Copa realizado na terça foram "uma reação" à repressão da PM. "Quem é que vai aguentar, ser pisado por cavalo e não reagir? Já chega de tanto ser pisoteado", disse.

"Tinha um acordo de nosso movimento com a segurança da polícia de que a gente chegaria até o estádio e antes de chegar até o local combinado a polícia já partiu pra cima com a cavalaria", afirmou Sonia, que é do Maranhão.

Ela disse que os manifestantes não provocaram nem incitaram a violência e que "houve apenas uma reação dos povos indígenas". "Assim como todos têm suas armas, também temos a nossa, que são nossas flechas".

Nesta quarta, um grupo de 20 índios esteve no Congresso Nacional e se reuniu com o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). O principal ponto da conversa foi a votação da PEC 215, que transfere para o Congresso a demarcação de terras indígenas.

Segundo participantes da conversa, Henrique Alves se comprometeu a só colocar o projeto em votação se houver "unanimidade" sobre ele. Já Renan afirmou que a proposta "não vai andar". Em abril do ano passado, índios já haviam invadido o plenário da Câmara em protesto contra essa PEC. Desta vez, porém, a passagem deles pelo Legislativo foi tranquila.

Os índios consideraram "um ganho" o posicionamento dos parlamentares e consideraram que a PEC 215 interessa aos parlamentares ruralistas que querem barrar novas terras indígenas.

Eles realizam uma semana de mobilização que reúne cerca de 500 representantes de cem etnias em Brasília, de acordo com as entidades que os acompanham. O grupo é heterogêneo e reúne etnias como terena do Mato Grosso do Sul, guajajara do Maranhão e pancararu do Nordeste.

Os índios permanecerão até quinta (29) na capital federal, reivindicando aceleração na demarcação de terras.



A Copa é espaço da política, por Elaine Tavares
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014

Elaine Tavares – Palavras Insurgentes

De repente, como se fosse uma surpreendente novidade, os jornalistas brasileiros abrem manchetes nos jornais, informando à população de que “índios dispararam flechas em protesto na capital federal”. Como sempre acontece, desde há 500 anos, os povos indígenas, quando “no seu lugar”, ou seja, bem quietinhos, nas reservas definidas para eles, ou chorando pitangas, são alvo de comiseração. E, quando muito, no 19 de abril, pode-se falar deles, no passado, como se fossem uma etapa já superada da integração nacional. Mas, basta que se levantem em luta pela demarcação de suas terras, ou contra os sucessivos golpes que o agronegócio vem dando na tentativa de se apossar das terras ricas, para que as forças de manutenção do “estado das coisas” iniciem suas cruzadas contra o que consideram “atraso”. Os índios são atraso, sempre.

As vozes que se expressam nos jornais e TVs questionam a necessidade de tanta terra demarcada para tão pouco índio. São cerca de 896 mil no Brasil de hoje. A considerar que a nação tem 180 milhões de almas, esses 896 mil seriam como uma ferida, dessas, que não sara, “incomodando” a vertiginosa saga do progresso. Há um desejo muito claro dos latifundiários e mineradores em se apropriar das largas extensões de terra indígena, ainda protegidas, que guardam riquezas sem fim, seja no que diz respeito a mananciais de água ou minérios. Daí a necessidade de inocular na opinião pública a ideia de que eles são o atraso. Melhor seria que se “integrassem” à sociedade brasileira, acabando de vez com essa “incomodação” que é a necessidade de demarcar territórios para que eles vivam “isolados”. E não bastasse toda a campanha contra o direito de os indígenas terem sua terra, ainda os condenam por querer permanecer na “pré-história”, que é como definem o direito de terem sua própria cultura.

Não é sem razão que a opinião pública vai sendo bombardeada com a “insensatez” dos indígenas em quererem mais terra para viver. Afinal, já não têm as reservas? Que mais querem? Os meios de comunicação não informam que desde 2012 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a Emenda Constitucional 215 – que ainda tramita no Congresso – um tremendo retrocesso legal articulado pelas bancadas dos ruralistas e dos evangélicos. Com essa emenda fica na mão dos deputados a decisão sobre a titulação das terras não só dos indígenas, mas também dos quilombolas. Ora, essas bancadas são as representações do capital internacional concretizados em empresas como a Monsanto, Bayer, Syngenta, Cargill e outras, todas ligadas ao agronegócio, que vem abrindo novas fronteiras agrícolas em estados como o Mato Grosso do Sul e Amazônia, espaços onde ainda têm muito índio. Daí a necessidade de ter o controle das demarcações. E é contra isso que os povos indígenas estão em luta.

CONT.



A velha batalha por demarcação, que ainda precisa ser feita, é o que levou os indígenas à Brasília nesse 27 de maio. Porque os governos de Lula e Dilma Rousseff foram os que menos homologações de terra fizeram desde o primeiro governo civil, na década de 80. Dilma realizou apenas 7 homologações, embora existam hoje 339 terras indígenas já identificadas sem que qualquer providência tenha sido tomada. Isso sem falar das outras 293 áreas em processo de estudo. Fica clara, portanto, a completa omissão do governo federal diante da tragédia vivida pelas famílias indígenas. Também no ano de 2012, conforme relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) aumentaram os casos de conflitos e mortes envolvendo indígenas, fruto das invasões efetuadas por fazendeiros para a exploração ilegal de recursos naturais.

É com esse pano de fundo que as comunidades originárias se insurgem dentro do universo de prioridades do governo nesses tempos de Copa do Mundo. Eles sabem que o governo federal definiu, de forma célere, uma lei que dá superpoderes à FIFA e seus parceiros do campo empresarial. Ora, se há ligeireza para atender aos interesses das empresas transnacionais, por que não haveria para demarcar as terras que estão sendo esperadas há décadas? E foi essa luta que os indígenas foram travar nesse maio, em Brasília. Como havia uma manifestação marcada por sem-teto, sindicalistas e outros trabalhadores aglutinados no Comitê Popular da Copa DF, os indígenas se uniram ao coro de protestos.

É claro que a mídia comercial, ávida por factoides, haveria de dar destaque a uma flecha que foi parar na perna de um policial. Pouco importa saber que os policiais estavam fortemente armados, que jogaram gás, que irromperam com cavalos, visando impedir que os manifestantes chegassem ao Estádio Mané Garrincha, recentemente reformado para a Copa. A caminhada até lá, onde está erguida a Tenda da Copa do Mundo, visava justamente aproveitar a visita das pessoas à taça mundial, para um diálogo sobre as reais necessidades das gentes. Os indígenas tinham planejado fazer um ritual junto à taça mas, como os demais manifestantes, foram impedidos de chegar até o local.

As fotos nos jornais mostram os indígenas em atitudes “ameaçadoras”, com suas flechas de pau contra policiais fortemente armados e à cavalo. E no imaginário de quem vê, os “perigosos”, são, obviamente, os índios. Também fica óbvio que “essa gente”, incluindo aí os sem-casa, os sem-trabalho e os trabalhadores em luta, são pessoas sem um mínimo de “patriotismo”, uma vez que estão se insurgindo contra um evento que vai trazer tantos benefícios ao país.

A presidente Dilma, no Palácio do governo, conversava com empresários no momento do protesto. Suas declarações, pós conflito, são simplórias. “Não dá para usar a Copa para fazer política”, reclamou, como têm reclamado também os partidários do PT e outros apoiadores do governo. Ora, é kit básico da luta política, aproveitar momentos como esses para fazer política sim. É o momento perfeito para a grande política, aquela que pensa de forma totalizante os problemas estruturais do país, como é o caso da concentração da terra, seja no campo ou na cidade. Se não for agora, quando os movimentos poderão conseguir visibilidade? Não foram os trabalhadores que decidiram pelo megaevento. Mas, se ele aí está, com todas as suas mazelas presentes e futuras, essa é a hora perfeita para que as demandas das gentes aflorem e se expressem. Um governo com sensibilidade deveria saber disso e atuar em consequência. Se teve força para trazer a Copa do Mundo para o Brasil, há que ter condições de dialogar com os

CONT.



movimentos e discutir por que determinados assuntos não estão caminhando, enquanto outros seguem como se estivessem numa Via Expressa. As gentes querem saber por que as empresas estrangeiras terão prioridade e exclusividade de ganhos no grande banquete do mundial. E o governo deveria ter a dignidade de responder.

O fato é que agora é hora da festa, dos turistas, da burguesia nacional, dos aficionados pelo futebol, que não se importam com a política que está por trás do evento. Sim, porque a Copa é um assunto político. E o governo está fazendo política com a Copa, exatamente como os trabalhadores, os sem-teto, os indígenas. Todos estão a fazer política. Então, é preciso que a opinião pública saiba disso, e desde aí, do conhecimento, se posicione. O que não dá é para jogar um manto protetor sobre a Copa, como se fosse apenas uma linda e alegre festa popular, a qual alguns “malfeitores” estão querendo estragar. Não é. Aí se joga também o jogo da política, as alianças, os acordos, as benesses, os compromissos futuros.

É por isso que nas ruas as gentes também fazem política. A grande política. A que desvela as chagas abertas de um país dependente, que se desenvolve dentro do subdesenvolvimento gerado pelo sistema capitalista, esse, que exige sempre que um seja pobre para que outro possa acumular riquezas. É claro que se a direita se aproveita dessa incapacidade governamental de dialogar com as massas, aí já não pode ser um problema imputado aos trabalhadores e aos lutadores sociais.

O fato é que, para além do factóide, da flecha na perna do policial, há um número bastante expressivo de brasileiros que sabe o que é o jogo político que se esconde junto ao Mundial de Futebol, e, acertadamente, faz o seu.



Carta de Vila Velha

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014

A Rede Brasil – Memória, Verdade, Justiça, composta por comitês, comissões, fóruns, coletivos e outras organizações que lutam pela memória, verdade e justiça, reunida em Vila Velha, Espírito Santo, nos dias 24 e 25 de maio de 2014, aprovou a seguinte carta aberta:

Valorizamos o progresso já alcançado, desde a promulgação da Constituição de 1988, no campo dos Direitos Humanos no Brasil, mas avaliamos como preocupante a persistência de violações dos direitos dos pobres, negros/as, jovens, moradores/as de periferia, mulheres, LGBTT, camponeses, indígenas e outros, como resultado da herança da ditadura militar e da ineficiência dos poderes democráticos instituídos.

Conhecendo a tradição de impunidade seletiva brasileira, sabemos que o poder econômico e o Estado patrimonialista perseveraram na mentira e na ocultação da verdade. Por isso, pressionamos, construtivamente, os sucessivos governos democráticos com demandas e exigências de uma política ativa e positiva de promoção dos Direitos Humanos e segurança pública. Com revezes e vitórias, viemos somando conquistas e encaramos a leniência dos agentes governamentais, legislativos, judiciários e militares como obstáculos que a nossa sociedade saberá superar.

Após mais de quatro décadas de resistência e luta das vítimas, familiares de vítimas, de militantes de DHs, de cidadãos/ãs e entidades democráticas, obtivemos avanços na busca por direito à verdade, memória e justiça, que ganhou impulso com a mobilização da sociedade e com a consequente criação da Comissão Nacional da Verdade.

A RBMVJ é resultado deste processo, busca estimulá-lo e vê com otimismo as perspectivas de progressão na senda da justiça, reparação e não repetição dos crimes praticados pela ditadura militar, e eliminação de todos os entulhos autoritários.

Preocupa-nos, contudo, a tentativa de limitar as investigações e reduzir a abrangência dos casos apurados. Exigimos a apuração de todos os casos de tortura, seqüestro, assassinato, estupro (crimes sexuais), genocídio, etnocídio, entre outros, e especialmente os desaparecimentos forçados.

Entendemos nula a auto-anistia e imprescritíveis os crimes praticados por agentes do Estado ou a seu mando. Exigimos o respeito à nossa Constituição, aos tratados internacionais de Direitos Humanos e o cabal cumprimento da Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (caso Araguaia).

É indispensável a garantia de segurança para todos/as aqueles/as que se disponham a oferecer informações que há muito vêm sendo omitidas e sonegadas. Desde a morte do delegado Sérgio Fleury, em São Paulo, paira sobre cada torturador uma ameaça permanente de queima de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 94 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2014.

arquivo. A recente morte do torturador Paulo Malhões, no Rio de Janeiro, nos leva a cobrar da CNV e do Ministério da Justiça a proteção para todos/as aqueles/as ouvidos/as nas diferentes comissões e ouvidorias.

A RBMVJ reafirma seu compromisso com a construção da democracia no Brasil. Defende a memória da luta contra a ditadura, a completa apuração da verdade sobre os crimes de lesa-humanidade e os de lesa-pátria, a identificação e punição de todos os agentes do Estado e civis envolvidos.

A Justiça é fundamental não somente para as vítimas e seus familiares, mas para toda a sociedade brasileira, constituindo-se num marco democrático.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Espírito Santo, dia 25 de maio de 2014.

Rede Brasil – Memória, Verdade, Justiça

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Rodrigo de Medeiros Silva.



MPP denuncia violência contra pescadores e quilombos da comunidade Monte Recôncavo, na Bahia

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014

Por MPP/ Bahia

Casas de pesca construídas há séculos pelos pescadores quilombolas da Comunidade Monte Recôncavo são incendiadas criminosamente

Na madrugada do último domingo (25/05/14), na comunidade pesqueira remanescente de quilombo do Monte Recôncavo, no município de São Francisco do Conde/BA, seis Casas de Pesca repletas de apetrechos de trabalho foram criminosamente destruídas e incendiadas. O delito trouxe prejuízos graves a centenas de famílias de pescadores que sobrevivem da atividade pesqueira tradicional.

Localizadas no Porto da Caeira, as Casas de Pesca serviam de abrigo e depósito de instrumentos de pescaria (redes diversas, linhas, chumbo, boias, remos, grozeiras, munzuais, anzóis, arpões etc.) em razão da distância de 2km entre a comunidade localizada no topo do monte e o porto.

Com muitas lágrimas, revolta e tristeza no olhar, os pescadores lamentaram o ocorrido visto que as Casas de Pesca existem há várias gerações e os apetrechos de pesca (instrumentos de trabalho) foram conquistados cumulativamente com muita luta e suor. O prejuízo econômico causado é de aproximadamente R\$ 70.000,00 sem contar as futuras dificuldades para assegurar o sustento das suas famílias.

Há suspeitas de que o incêndio tenha sido criminoso e de que se trata de uma retaliação de fazendeiros locais, em razão da recente visita técnica do INCRA e da Superintendência do Patrimônio da União (SPU) à área para viabilizar a identificação das terras da união para fins de regularização fundiária do território quilombola.

Acampamento Terra Livre 2014: Todo Dia É Dia De Lutas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014



Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Esta semana mais de 500 lideranças indígenas se reuniram no Acampamento Terra Livre 2014, na Esplanada dos Ministérios em Brasília (DF), protestando contra as propostas, medidas e decisões que estão sendo adotadas pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário com finalidades e pretensões de minar e desconstruir os Direitos Constitucionais dos Povos Indígenas do Brasil.

As manifestações fazem parte da Mobilização Nacional Indígena, que vem sendo realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e Organizações indigenistas aliadas com a finalidade de apoiar e mobilizar os povos indígenas na luta pela defesa, a garantia e efetivação de Direitos Constitucionais, ameaçados por inúmeras propostas e medidas legislativas que atualmente tramitam especialmente na Câmara dos Deputados e Senado Federal, entre elas a PEC 215/2000 e o PLP 227/2012.

Diante dessas ofensivas e ameaças promovidas por políticos e setores antagônicos ligados ao agronegócio, empresas mineradoras e madeireiras, que pretendem desmontar e alterar a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 94 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2014.

Constituição Federal do Brasil visando transferir a competência de demarcar terras indígenas do Poder Executivo para o Poder Legislativo e “esvaziar” a Fundação Nacional do Índio. Denunciamos mais uma vez esse descaso e violência institucional claramente marcada e manifestada pela ausência de demarcação e proteção de territórios necessários para sobrevivência física e cultural das populações indígenas e imprescindíveis para manutenção da biodiversidade e a sustentação ambiental do País.

A propósito os protestos que estão acontecendo em Brasília (DF) refletem nossa preocupação e indignação com essa benevolência e reciprocidade de alguns setores do Governo Federal com parlamentares da bancada ruralista, contrários aos direitos indígenas. Nessas circunstâncias o Governo Brasileiro pode ser diretamente responsabilizado pelos assassinatos, execuções, expulsões, suicídios, despejos, criminalização, prisões ilegais, agressões físicas e psicológicas e outras práticas abusivas recorrentes em áreas de conflitos. Rogamos que essas violações de Direitos Humanos, marcados por episódios intoleráveis suscitados pela omissão, permissão e participação de agentes governamental, cessem e nunca mais se repitam.

Postulamos e requeremos também que as recomendações da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e da Declaração da Organização das Nações Unidas Sobre os Direitos das Populações Indígenas e Tribais sejam efetivamente acatadas e seguidas pelo Governo Brasileiro. Do contrário esses Tratados e Acordos Internacionais sempre serão rotulados como protocolos frios firmados em folhas de papel e usados somente com a finalidade de mascarar e disfarçar a postura intransigente e falaciosa de governos autoritários.

Terra Indígena Apinajé, 29 de maio de 2014.



O Ajuste de Direitos proposto pelo Ministro da Justiça

SÍTIO CIMI, 29.05.2014

Marcelo Zelic e Jair Krischke

As declarações do Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo sobre as “negociações”, que realizou recentemente no Rio Grande do Sul com os povos Guarani e Kaingang, para resolver o conflito de terras que se arrasta há décadas neste estado, acende o sinal vermelho para aqueles que se preocupam com os rumos dos direitos humanos no Brasil.

A solução encontrada é de estarrecer: retirada de direitos para os Guaranis e intimidação do movimento Kaingang com a prisão de suas lideranças.

Segundo o site da Fundação Nacional do Índio a situação da terra indígena de Mato Preto foi reconhecida como de ocupação tradicional do povo Guarani no Rio Grande do Sul, sendo portanto constitucionalmente uma terra declarada indígena, aguardando somente os procedimentos finais do executivo para sua demarcação, homologação e a consequente desintrusão dos invasores que usurparam os direitos Guaranis a estas terras no passado.

Expulsos de suas terras na década de 50, as famílias Guaranis vivem acampadas na beira da estrada RS-135 desde setembro de 2003, travando uma dura luta pela sobrevivência, manutenção de sua cultura e demarcação de suas terras, cujo estudo de identificação foi realizado pela antropóloga Flávia de Melo, aprovado pela FUNAI, a quem cabe por direito a realização destes estudos e foi reconhecido através da Portaria n.º 2.222 do Ministério da Justiça em 21/09/2012. Tudo realizado como previsto na Constituição do nosso país.

Pelo “ajuste de direitos” anunciado em entrevista coletiva sem a presença das lideranças indígenas da região, o Ministério da Justiça, que deveria zelar pelo cumprimento da Constituição e garantir os direitos indígenas, reduz as terras do povo Guarani de Mato Preto em quase 85% de sua área declarada.

Qual o contexto desta “mediação de conflito” realizada pelo Ministro da Justiça?

A “negociação” com os Guaranis deu-se algumas semanas depois de uma controvertida operação da Polícia Federal, que prendeu no dia 09 de maio sete lideranças Kaingang, convidadas a negociar com o estado brasileiro solução para o conflito em suas terras. Saíram presos logo após o início da reunião, sob acusação, sem provas, de que teriam participado do assassinato de dois agricultores gaúchos em conflitos de terra na região, pegando o Governo do Rio Grande Sul, anfitrião da reunião, de surpresa, segundo sua assessoria.

A comunidade Guarani que há mais de 10 anos vive precariamente na beira da estrada, numa correlação de força desigual, sob impacto de forte preconceito, não aguentando mais ameaças verbais e convivendo com constantes tiros para o alto disparados por agricultores, numa ação

CONT.



intimidatória de persuasão pelo medo, acabou por ceder ao Ministro conforme declarou o cacique de Mato Preto, Joel Kuaray ao jornalista Leonencio Nossa: "A gente aceita diminuir nossa terra porque hoje estamos na beira da linha do trem". "A gente tem o sentimento de que as ameaças vão diminuir, porque a redução da terra vai exigir a retirada de um número menor de agricultores da área."

O que acontece a um país quando seu Ministro da Justiça se coloca acima da Constituição e decide "ajustar direitos"? Que instabilidades jurídicas para os direitos dos povos indígenas geram tal ação política do governo federal, promovendo "acordos" de revisão de extensão de áreas declaradas? Não deveria o Estado reafirmar o direito constatado e garantir a sua efetividade, mesmo que emperrada a questão nos tribunais?

Como deve agir a cidadania quando se constata que o "ajuste de direitos" celebrado de forma leonina, fere preceitos legais e beneficia o lado não coberto pela Constituição? É este um exemplo de país que respeita e trabalha para o desenvolvimento dos direitos humanos e o zelo pelas populações originárias? Ou aponta o advento de uma nova era do manda quem pode, obedece quem tem juízo?

Ao se aproveitar da vulnerabilidade física e emocional de uma comunidade, para "celebrar" um acordo, reafirmamos, leonino, lesivo aos direitos constitucionais dos Guaranis, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo fere ou não fere o Código de Conduta da Alta Administração Federal? Irá o Ministro da Justiça assinar uma portaria de desmarcação de terras indígenas, anulando a portaria nº 2.222, sobre as terras Guaranis de Mato Preto, assinada por ele mesmo em setembro de 2012? É ética tal solução encontrada?

Diminuir 85% das terras dos Guaranis do Rio Grande do Sul, reproduz a prática política de confinamento aplicada a seus parentes no Mato Grosso do Sul nos anos de 1970. O Estado brasileiro em 2014 busca assim a solução do problema? Quanto tempo levará para o crescimento populacional desta comunidade apresentar o quadro desolador e desagregador de confinamento em que vivem os Guaranis-Kaiowá nas reservas a eles impostas durante a ditadura militar? Vale registrar que somente em 2013 73 indígenas se suicidaram no Mato Grosso do Sul. Isto não é um caso de saúde pública gerado pelo confinamento em que vivem? Reconhecer e demarcar os 4.230 hectares da Terra Guarani de Mato Preto não é o bom caminho da justiça social?

Em tempos pré-eleitorais, onde tudo se distorce e é usado por aqueles que almejam o poder, devemos calar frente às violações de direitos humanos cometidas pelo Estado? Em que este silêncio eleitoral beneficiará os direitos dos povos indígenas? Quem perde quando este tipo de discussão fica relegado a segundo plano e se torna objeto de muito patrulhamento ideológico sobre quem as levanta? Se por uma estratégia eleitoral é preciso calar sobre violações de direitos, perde o país.

Frente a tantas violações de direitos humanos contra os povos indígenas brasileiros, apontadas nos estudos da Comissão Nacional da Verdade, não deveria a título de reparação, o Estado brasileiro rever suas práticas e mudar de conduta, demarcando suas terras e cuidando do bem estar destes povos? Repará-los é preciso, fundamentalmente um dever do Estado e de nossa

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 94 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2014.

sociedade. Reparar nossos graves erros para com eles é demarcar suas terras e não ajustar seus direitos.

No campo dos direitos humanos é fundamental enquanto nação enfrentarmos estas questões, ainda mais em períodos eleitorais, para evitarmos mais retrocessos como a PEC 215, a portaria 303 da AGU e o desmonte da FUNAI, efetivando o estado democrático de direito em nosso país.

Marcelo Zelic

Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais-SP e membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo

Coordenador do Projeto Armazém Memória

www.armazemmemoria.com.br

mzelic@uol.com.br

Jair Krischke

Presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos

www.direitoshumanosbr.org.br

mjdhbr@gmail.com

PEC 215 não irá a votação sem consenso, diz presidente da Câmara
SÍTIO CIMI, 29.05.2014



O presidente da Câmara Federal, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), sintetizou em uma palavra seu compromisso com os povos indígenas sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215: consenso. "Posso afirmar que enquanto eu estiver presidente só terá chance de ir a votação se tiver o consenso dessa casa. Precisa ser unanimidade", afirmou Alves durante reunião nessa quarta, 28, com comissão formada por 20 lideranças da Mobilização Nacional Indígena.

Em trâmite numa comissão especial instalada pelo próprio Alves, a proposta forçada pela bancada ruralista visa transferir do Executivo para o Legislativo a demarcação de terras indígenas. "Os ruralistas da comissão têm feito audiências pelo país, mas não para dialogar. Querem apenas legitimar uma decisão que eles já têm", explicou ao presidente da Câmara Sônia Guajajara, dirigente da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Sônia frisou que durante o segundo semestre do ano passado uma comissão paritária de indígenas e parlamentares levou a Alves um relatório final apontando a inconstitucionalidade da PEC 215, depois de debates e audiências públicas com os juristas Dalmo Dallari e Carlos Frederico Marés. "Este relatório não foi considerado, mas as teses dos ruralistas sim. Seguiram adiante", completou Sônia.

No Senado, a comissão se reuniu com o presidente da casa, Renan Calheiros (PMDB/AL), para tratar da PEC 038, irmã siamesa da 215, mas que deixa a Câmara Federal de fora da decisão sobre as demarcações. Um pouco mais enfático ante seu colega de partido e cadeira, Calheiros refutou o avanço destas PECs e garantiu que em sua presidência o destino delas será a gaveta: "Não passarão".

CONT.



O presidente da Câmara ressaltou que "mais forte numericamente que possa ser a bancada (ruralista), eu digo a vocês que com a responsabilidade que eu tenho não posso ser instrumento de uma proposta que fere as nações indígenas". Alves ainda tratou de outras medidas legislativas que visam flexibilizar ou desconstruir os direitos territoriais dos povos indígenas, e se surpreendeu ao dar conta de que algumas delas ele ao menos demonstrou não ter conhecimento.

No caso do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227, cujo objetivo é escrever na constituição o interesse privado como exceção ao usufruto exclusivo dos indígenas sobre suas terras, Alves disse que "ele está quieto, no lugar dele". Já as demais propostas, PL 1610 (mineração em terras indígenas) e o 3571 (Conselho Nacional de Política Indigenista), o parlamentar solicitou mais informações ao deputado federal Padre Ton (PT/RO), presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas.

Seja para arrefecer a verve dos povos indígenas em busca de seu direito constitucional às vésperas da Copa do Mundo e das eleições, ou seja para fechar um acordo honesto com eles, os presidentes das casas legislativas deram a palavra, selaram uma promessa "e com um pé atrás vamos acompanhar. Mas este é parte de toda violação a qual nos estão submetendo. Ainda tem o governo que não demarca as terras. Seguimos atentos e na luta", pontuou Lindomar Terena após o encontro.

"Tudo o que não presta"

As lideranças indígenas lembraram a Alves os depoimentos racistas e de incitação ao ódio e violência feitos pelos deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) durante audiência pública da Câmara no município de Vicente Dutra (RS), no ano passado. "Quando deputados falam esse tipo de coisa mancham a Câmara. São esses os políticos que pretendem defender a democracia? O conflito de Faxinalzinho (RS) é fruto desses discursos. Não queremos violência. Não queremos conflitos com os pequenos agricultores. Entendemos que eles possuem direitos. Apenas queremos nossas terras tradicionais, que é um direito originário que está na Constituição", declarou Maurício Guarani.

Com experiência de lutas e diplomacia, Raoni Metuktire Txucarramãe ressaltou que o Congresso Nacional precisa garantir o que está escrito na Constituição, nas letras do artigo 231, pois "está tudo ali e só é preciso seguir", além de o governo federal demarcar as terras indígenas "porque acaba conflito". E frisou: "Como vocês são homens, líderes, chefes... nós também somos. Escuta a gente. Fico preocupado com tudo o que está acontecendo. Quero que vocês respeitem mais. Não estamos invadindo fazenda, mas fazendeiro acaba com floresta".

Foto: José Cruz - Agência Brasil



CHUPINGUAIA - Governador autoriza construção de escola indígena

SÍTIO CORREIO DE NOTÍCIA, 29.05.2014

O governador Confúcio Moura, priorizando a educação em sua administração, assinou no final da semana passada a Ordem de Serviço para construção da Escola Indígena Estadual de Ensino Médio Felipe Camarão, localizada nas terras da Aldeia Tubarão Latundê, no município de Chupinguaia.

Presente na ocasião, a comunidade indígena prestigiou a assinatura, que foi também acompanhada pelo cacique geral Denavir Aikanã.

A Escola terá dois blocos. O Bloco I vai ter duas salas de aula, pátio coberto, cozinha e hall de entrada. O Bloco II terá passarela, pátio coberto, varanda, dois alojamentos (feminino e masculino), cozinha, varanda, dois banheiros (feminino e masculino) e o estabelecimento de ensino será construído em 307,19m².

A escola terá dois professores, sendo um índio, José Aikanã. Estão matriculados 11 alunos e a previsão é que chegue a 25 após a conclusão da obra.

Com prazo para conclusão de 120 dias, o valor da escola é de R\$ 318.345,38.

O secretário de Estado da Educação de Rondônia, Emerson Castro, segue as orientações do governador Confúcio Moura e determinou um acompanhamento por parte de seus técnicos para que a obra possa ser concluída dentro do prazo previsto.



Vadinho pede ponto facultativo por aniversário da morte de Oziel Gabriel

SÍTIO RONDA DO MS, 29.05.2014

O vereador Vadinho (PT) encaminhou para a Mesa Diretora na Sessão Ordinária da última segunda-feira (26) um pedido de ponto facultativo no dia 04 de junho. A solicitação, que será protocolada ao Executivo, aconteceu durante o Grande Expediente, e tem como objetivo lembrar a data da morte do indígena Oziel Gabriel, executado durante um conflito de terras na Área Rural de Sidrolândia.

Oziel foi alvejado com um tiro nas costas e mesmo sendo atendido no Hospital Elmíria Silvério Barbosa não resistiu. O assassinato ocorreu na Fazenda Buriti, onde um grupo de Terenas ocupou uma área, dando início ao conflito em 15 de maio de 2013. A reivindicação dos indígenas era por uma nova demarcação de terras.

A Justiça Federal chegou a determinar na ocasião uma multa diária de R\$ 1 milhão por dia à Fundação Nacional do Índio (FUNAI), caso os indígenas não abandonassem o local pacificamente. A decisão foi expedida no dia 02 de junho do mesmo ano, dois dias antes da morte de Oziel Gabriel.

A Fazenda Buriti no período era de posse do engenheiro, pecuarista e ex-deputado-estadual, Ricardo Bacha. Além da propriedade, outras quatro também foram invadidos por 1600 indígenas, gerando no episódio confrontos entre os Terena e policiais.

Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal



Indígenas do Pará revelam atrocidades do Exército

SÍTIO DESACATO, 29.05.2014

A Comissão Nacional da Verdade recebeu a visita de indígenas da etnia Aikewara, que apresentaram um relatório expondo todas as violações cometidas pelo Exército brasileiro na época de caça aos guerrilheiros

Por Márcio Zonta.

A história da Guerrilha do Araguaia já baseou filmes e livros, além de suscitar inúmeros debates entre pesquisadores, intelectuais e militantes. Entretanto, um dos episódios mais marcantes do período ditatorial brasileiro na década de 1970 não para de revelar novas faces.

O requinte de crueldade utilizado pelo Exército Brasileiro contra os jovens que se organizaram para treinamentos com armas, na região compreendida como do Bico do Papagaio – Pará, Maranhão e Tocantins – se estendeu a camponeses, indígenas e missionários religiosos que habitavam na localidade.

Na última semana, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), recebeu em Brasília (DF) a visita de indígenas da etnia Aikewara, também conhecidos como Suruí do Pará. Na ocasião, eles apresentaram um relatório expondo todas as violações cometidas pelo Exército brasileiro na época de caça aos guerrilheiros.

A rotina dos povos Aikewara foi inteiramente interrompida. Passaram a ser prisioneiros de guerra, ter cerceamento de ir e vir, além da convivência com a violência desmedida contra as comunidades por onde os homens da Forças Armadas andaram no sul e sudeste paraense.

Todo esse compêndio de informações inéditas que chegam agora às mãos da CNV, e passa a ser conhecida publicamente, quase 40 anos depois do ocorrido, é fruto de um trabalho de aproximadamente 20 anos realizado pela antropóloga Iara Ferraz.

“Trata-se de uma investigação documental, bibliográfica da minha convivência por muitos anos, especificamente, com essa etnia. Por isso o relatório contém longos e detalhados depoimentos”, explica a autora do estudo.

Fome

Na reunião das lideranças indígenas com Maria Rita Kehl, integrante da Comissão Nacional da Verdade e responsável pela apuração de denúncias de desrespeito aos direitos humanos destinados a indígenas e camponeses foi lida uma síntese das acusações.

Segundo relatado, de 1972 a 1974, os Aikewara tiveram seu território totalmente ocupado pela
CONT.



repressão militar, proibindo as famílias de prover as principais atividades de subsistência. Os índios ficaram impossibilitados de pescar, caçar, coletar e ir à roça.

“Nunca tínhamos passado fome, mas quando o Exército invadiu nossas terras e acabaram com nossas atividades foi difícil se alimentar, passamos muita fome”, rememora a índia Teriwera Suruí.

À época, os indígenas tiveram a benfeitoria de arroz e milho, assim como pertences e aldeias incendiados. Tendo suas bases materiais e culturais destruídas pelos militares.

Prisioneiros de Guerra

Os índios ainda mencionaram que foram tratados como prisioneiros de guerra, feitos de guias nas matas para busca dos guerrilheiros e colocados como escudos humanos, quando na iminência de confrontos.

Enquanto os homens saíam, as mulheres da etnia eram vigiadas constantemente por membros do Exército na aldeia, junto a crianças e idosos.

Conforme o relato dos índios, o recrutamento era feito a força e com total aval da Fundação Nacional dos Índios (Funai).

“Nessa época, eu estava grávida de gêmeos e perdi por causa dos sustos e por estar sempre na mira de armas, além de escutar muitos tiros na mata”, conta Teriwera.

Para Maria Rita Kehl, que esteve duas vezes na área da etnia em 2012, essas revelações dos indígenas confere uma vertente de crime dos militares, ainda mais obscura, na história da ditadura civil- militar no Brasil.

“Vai ser de muito valor para o capítulo do relatório que tratará das graves violações de direitos humanos contra índios e camponeses, pois será junto com o dos Xavante Marãiwatsédé, um dos únicos relatos feito pelos próprios indígenas”.

A antropóloga Iara Ferraz observa que situação agressiva semelhante também “ocorreu com os Waimiri – Atroari, no Amazonas”.

Sequelas

A etnia sente até hoje o malefício da repressão vivida no passado. Winorru Suruí, um dos depoentes do documento aponta a ocupação militar como principal motivadora dos problemas vividos na contemporaneidade.

“Após a guerrilha, muita gente entrou na nossa terra. No nosso atual território, não temos mais acesso ao barro e perdemos a cultura da cerâmica”, reclama.

Os indígenas cobram uma indenização do governo brasileiro. “Temos que ser ressarcido pela
CONT.



violência sofrida dentro e fora de casa sem saber o porquê da presença dos homens da aldeia na caçada de pessoas”, diz Winorru.

Pela culminância da intervenção militar, as 350 famílias dos povos Aikewara foram distribuídas em duas aldeias, Sororó e Itahy. Ambas situadas nos municípios paraenses de Brejo Grande do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Marabá.

Um processo de revisão territorial engavetado há mais de 20 anos pela Funai passa, após as denúncias, a aguardar uma portaria declaratória do Ministro da Justiça.

Testemunha ocular

Os personagens da Guerrilha do Araguaia, que ficaram conhecidos no Brasil graças aos trabalhos de remontes históricos de entidades, movimentos sociais e iniciativas governamentais foram muito próximos dos Aikewara.

Muitas vezes os indígenas testemunharam mortes e tortura contra os militantes guerrilheiros.

Uma das passagens contadas pelos que viveram tais momentos, condiz ao camponês conhecido como Domingos.

O rapaz teria chegado à aldeia com uma corda amarrada no pescoço, prestes a morrer, depois de uma tentativa de enforcamento provocada pelos militares. Os indígenas trataram durante muitos dias os ferimentos de Domingos, que também foi torturado.

O motivo de tanta violência empregada a Domingos resultou de um pedido de socorro para que Dinalva Oliveira Teixeira (Dina Teixeira) fizesse o parto de sua mulher.

Solidariedade

Embora os membros da guerrilha fossem caçados como animais e disseminados como terroristas de alta periculosidade, muitos indígenas e camponeses da região só tiveram acessos a orientações de saúde e atendimento médico depois que os guerrilheiros chegaram e iniciaram determinados procedimentos.

É o caso de João Carlos Haas Sobrinho, conhecido como Doutor Juca. Médico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul chegou ao Araguaia vindo do Maranhão.

Juca atendia a população, sendo extremamente respeitado pelos caboclos locais ao prestar auxílio na área da saúde de Marabá e Xambioá.

O comandante médico-militar foi morto em combate em 30 de setembro de 1972. Seu corpo nunca foi encontrado e também é dado como desaparecido político.

Exemplo

CONT.



As histórias de terror vividas pelos indígenas são inúmeras e servia como forma de exemplo para aqueles que ajudavam os militantes. Consta na memória dos povos Aikewara o ocorrido horrendo com o mais carismático e temido guerrilheiro do Araguaia.

Negro, forte, quase dois metros de altura, ex-campeão carioca de boxe, Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) foi morto por uma patrulha militar em janeiro de 1974. Seu cadáver foi pendurado num helicóptero e exibido num sobrevôo pelos povoados do Bico do Papagaio. Decapitado, seu corpo até hoje não foi encontrado, sendo considerado desaparecido político.

Genocídio de camponeses

Assim como os indígenas do Bico do Papagaio sofreram diversos tipos de agressão dos agentes do Estado, os camponeses também foram acometidos nas mesmas proporções.

Estima-se que 350 camponeses foram mortos pelo Exército na Guerrilha do Araguaia.

Ademais, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça acusou a perda de terras de diversas famílias no Pará ocasionada pelas práticas repressivas do regime ditatorial.

Entre os anos de 1960 e o início da década de 1970, cerca de 600 famílias camponesas foram vítimas de diversos crimes cometidos pelo Estado brasileiro no sul do Pará.

Indenização

Até o momento quatro famílias camponesas do município de Marabá foram indenizadas pela perda de terras.

Outros cinco pedidos de indenização, nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, estão sendo analisados pelo governo federal.

Pedro Matos do Nascimento foi um dos compensados pela Comissão da Anistia. O camponês ficou preso durante 45 dias nos findos dos anos de 1960.

Ele conta que muitas famílias foram penalizadas pela perda de suas terras por estabelecerem relações com os guerrilheiros.

"O exército achou que eu colaborava com a guerrilha, mas eu dava comida, oferecia de dormir", diz.

Para vice-presidente da Comissão de Anistia, Sueli Bellato, a amizade entre guerrilheiros que iniciaram a luta armada na região do rio Araguaia e os camponeses foi intensa. "Existiu um intercâmbio de conhecimento entre os camponeses e os militantes do PCdoB, que organizou a Guerrilha".

Foto: Juliana Tavares/ASCOMCNV

Fonte: Brasil de Fato



Renan reafirma a indígenas compromisso com demarcação

SÍTIO JORNAL DO SENADO, 29.05.2014

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem lideranças indígenas que pediram a rejeição da PEC 38/1999, de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que submete as demarcações de reservas à aprovação privativa do Senado e limita o tamanho das áreas a 30% do território do estado.

Sonia Guajajara cobrou o cumprimento da Constituição e a rejeição de propostas que possam retirar direitos.

— Não viemos fazer baderna ou confronto. Nossa pauta é pela demarcação, não podemos admitir retrocesso para beneficiar o agronegócio.

Renan garantiu que não avançarão propostas que retirem direitos indígenas.

— Essa matéria não será pautada porque não há convergência. Falo isso com a responsabilidade de quem, como ministro da Justiça, demarcou a Reserva Raposa Serra do Sol.

Jornal do Senado

(Reprodução autorizada mediante citação do Jornal do Senado)

Em homenagem a Oziel; jovens indígenas farão Concurso "Miss Resistência"
SÍTIO NOTICIDADE, 29.05.2014



Cerca de 30 jovens vão participar do concurso organizado pela família do indígena Oziel Gabriel, morto em confronto com a polícia na fazenda buriti, no dia 30 de maio do ano passado.

O evento intitulado Concurso de Beleza Resistência Terena Oziel Vive, tem como objetivo transformar a dor da perda de Oziel, em alegria por sua personalidade positiva e bons momentos que proporcionou a quem o conheceu.

Jayane Campos, 12 anos, é uma das representantes da aldeia no Concurso, ela nasceu na Aldeia Córrego do Meio e lá cresceu sob os olhos de Oziel Gabriel, a quem considera como um tio.

Mesmo nova Jayane já sabe da responsabilidade que a vencedora do concurso terá, a menina diz, em poucas palavras, que é "muito importante participar", ela também já participou de outros concursos de beleza indígena.

O Concurso está em sua primeira edição, porém deve ser realizado anualmente para lembrar o sacrifício do índio terena que se tornou uma das maiores inspirações pela luta de todos os índios brasileiros quando sua morte foi destaque em toda mídia nacional e até internacional.

Rallph Barbosa - Noticidade



Em Brasília, índios ocupam acessos do Ministério da Justiça

SÍTIO REPORTER MS, 29.05.2014

Cerca de 300 lideranças indígenas de todo o país ocupam neste momento todos os acessos do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Eles pedem uma reunião com o ministro José Eduardo Cardozo.

De acordo com um dos representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Arpib) Lindomar Terena, os índios querem, entre outros pontos, entregar um documento com 36 processos de regularização de terras indígenas e reivindicar a efetivação dos processos de demarcação.

Uma das principais lutas das comunidades é impedir a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, que inclui, entre as competências exclusivas do Congresso Nacional, a aprovação de demarcação de terras indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação sejam regulamentados por lei. A PEC é defendida pelos integrantes da bancada ruralista. Lideranças indígenas reuniram-se no início da noite de ontem (28) com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para pedirem apoio na tramitação de matérias de interesse dos índios.

“Estamos negociando com a assessoria para que seja recebida uma comissão, porque resolvendo a questão da demarcação de terra acaba com a violência contra os povos indígenas”, destacou a liderança de Mato Grosso do Sul. Segundo ele, até o momento, não houve contato e os índios permanecerão no local até obterem resposta. A Agência Brasil não conseguiu contato com o ministério até a publicação da matéria.

Na terça-feira (27), os índios participaram de protesto em frente ao Estádio Nacional Mané Garrincha, junto com outros movimentos sociais, quando criticaram os gastos com a Copa.



Líderes indígenas apresentam reivindicações na Câmara e no Senado

SÍTIO EM TEMPO, 29.05.2014

Lideranças indígenas reuniram-se no início da noite de hoje (28) com os presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para pedirem apoio na tramitação de matérias de interesse dos índios.

A principal luta das comunidades é impedir a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/2000), que inclui entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação de terras indígenas e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei. A PEC é defendida pelos integrantes da bancada ruralista.

Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara disse que os presidentes da Câmara e do Senado prometeram colocar as matérias de interesse dos indígenas em votação, se houver amplo consenso nas Casas Legislativas. "O presidente Henrique Alves assumiu o compromisso de não aprovar a PEC 215, enquanto não houver consenso dentro da Casa. Isso foi um ganho para os povos indígenas", disse. O mesmo compromisso foi assumido pelo senador Renan Calheiros, segundo a representante.

Segundo ela, há mais de dois anos os indígenas estão lutando no Congresso para impedir a aprovação da PEC, uma vez que "os ruralistas estão impondo as mudanças sobre a demarcação das nossas terras. Eles querem dar o parecer se uma terra é indígena ou não. Lutamos contra essa mudança no processo de demarcação de terra".

Com informações da Agência Brasil



Atendimento em áreas especializadas é oferecido para indígenas

SÍTIO JORNAL RONDÔNIA VIP, 29.05.2014

Atendendo a uma solicitação da Casai (Casa de Apoio à Saúde Indígena) junto ao Governo de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), o Hospital Regional de Cacoal (HRC) está oferecendo nesta semana atendimento médico especializado nas áreas de ortopedia, dermatologia, infectologia e pediatria à população indígena da região.

De acordo com o secretário adjunto de saúde de Rondônia, Luiz Eduardo Maiorquin, que acompanha a ação em Cacoal, a expectativa é oferecer atendimento ambulatorial para mais de 300 indígenas da região de Cacoal.

“Estamos mobilizando o Hospital Regional de Cacoal para atender toda a demanda reprimida. Os pacientes indígenas que estão aqui hoje já passaram por uma triagem com médicos da Casai, que os encaminharam para estes atendimentos especializados que estão sendo oferecidos no Hospital Regional”, explicou o secretário adjunto de saúde.

Segundo a coordenadora técnica do Programa de Saúde da Família Indígena (PSFI) Tatiane Ferreira, nestes três dias (27, 28 e 29), serão atendidos indígenas das etnias cinta-larga e surui, que estão inseridos no pólo regional que abrange os municípios de Cacoal, Ministro Andreazza, Espigão D'Oeste e Rondolândia (MT).

Tanto Neusa Surui, quanto Ibjaraga Noah Surui estão se consultando com o ortopedista por sentirem muitas dores no corpo. Os dois se mostraram satisfeitos com a ação voltada à população indígena e com o atendimento recebido no Hospital Regional de Cacoal.

“Eu gostei do atendimento, foi bom. O médico atendeu certinho, vou bater chapas, fazer outros exames e fazer o tratamento certinho. Além do ortopedista, também vou passar pelo médico que cuida da pele da gente (dermatologista). Esta é a segunda vez que eu venho neste hospital (HRC) e ele é muito bom”, elogiou Ibjaraga Surui, que pertence a Aldeia Lobó, localizada na linha 11, de Cacoal.

Já para Neusa Surui, da Aldeia Joaquim, também localizada na linha 11, o atendimento veio em boa hora. “Eu tenho muita dor nas juntas, tem um tempo que pedi o atendimento e agora vamos ter o atendimento. Então é bom para nós. Eu estou gostando, eles estão tratando bem a gente aqui”.

Ao todo, a Secretaria de Estado da Saúde trouxe de Porto Velho dois ortopedistas, um dermatologista e um infectologista para realizarem o atendimento ambulatorial dos indígenas. Além de oferecer a estrutura física, o Hospital Regional de Cacoal está disponibilizando exames como raio-x, além de disponibilizar pediatras para atender as crianças indígenas.

Fonte:DECOM



Indígenas realizam nova manifestação na Esplanada dos Ministérios

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 29.05.2014

O movimento é reivindicar a não aprovação da PEC 215, que prevê a demarcação de terras indígenas e de quilombolas.

Indígenas realizam um novo protesto na Esplanada dos Ministérios nesta quinta-feira (29/5). O grupo, de cerca de 500 pessoas, se reúne em frente ao Ministério da Justiça. Alguns índios ocupam faixas da via N1, no sentido Rodoviária do Plano Piloto, mas não complica o trânsito. A Polícia Militar acompanha a manifestação.

Os manifestantes querem uma audiência com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Eles querem a publicação de portarias sobre o reconhecimento das terras indígenas e punição às pessoas que agredem os líderes de movimentos. O grupo ainda repudia matérias em tramitação no Legislativo, entre elas a PEC 215, que passa do Executivo para parlamentares federais a prerrogativa de demarcar terras indígenas e de quilombolas.

Os índios carregam cartazes com frases como: povos indígenas apoiam as populações deslocadas pela copa; podem até matar nossas lideranças, mas jamais impedirão a nossa volta ao nosso tekoha. O movimento quilombola que estava em frente ao Palácio do Planalto se juntou aos indígenas.

Os protestos de movimentos indígenas começaram na terça-feira (27/5), quando entraram em confronto com forças de segurança. Ontem, cerca de 100 pessoas realizaram um ato em frente ao Palácio do Planalto. O grupo chegou a fechar uma pista da Esplanada dos Ministérios.

Sem consenso

Um grupo de 20 lideranças indígenas se reuniu com os presidentes da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros. Ambos se comprometeram a não colocar em votação nenhuma das matérias listadas pelos índios enquanto não houver consenso. Eles vieram a Brasília de várias partes do país para a semana de manifestações.

Segundo os organizadores do ato, os custos chegaram a R\$ 98 mil, bancados por associações regionais de índios e associações ligadas ao tema, como o Centro Indigenista Missionário (Cimi). Eles garantiram que não há dinheiro público no montante, exceto passagens aéreas pagas pelo governo federal a 20 participantes, que vieram à capital para reuniões em conselhos na Funai e no Ministério da Saúde. O restante veio de ônibus. Eles deixarão Brasília hoje.

Com informações de Grasielle Castro, Maryna Lacerda, Paulo de Tarso Lyra e Renata Mariz

Protestos mudam de cara e são liderados por militância política

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 29.05.2014

As ações que pararam a área central de Brasília na terça-feira mostraram que as mobilizações mudaram desde o ano passado. Segundo especialistas, as bandeiras agora começam a aparecer. Mas opiniões se dividem quanto aos confrontos

Adriana Bernardes

Almiro Marcos



Coletiva com as lideranças dos movimentos que fizeram o ato na terça-feira: maior organização

A proximidade com a Copa do Mundo e as eleições mudaram o tom dos protestos iniciados há um ano em diferentes cidades brasileiras. Se antes os movimentos se declaravam independentes, sem lideranças e surgido das massas de brasileiros insatisfeitos com as condições socioeconômicas do país, agora há uma organização clara. Os grupos já não recusam as bandeiras dos partidos políticos, antes repudiadas nos atos. Especialistas ouvidos pelo Correio afirmam que a mudança pode ser reflexo da disputa eleitoral em curso. A questão agora é saber como os políticos vão se posicionar. "É o carpe diem (do latim, aproveite o dia). Todos estão aproveitando o momento de exposição do país com o evento da Copa para colocar suas reivindicações", afirma David Verge Fleischer, doutor em ciência política da Universidade de Brasília (UnB).

No protesto de terça-feira, o Comitê Popular da Copa se uniu ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e ao dos Atingidos por Barragens e a representantes indígenas que lutam pela demarcação de terras e por melhorias das condições de saúde dos povos nas aldeias Brasil afora. As faixas com as reivindicações se misturaram a bandeiras de partidos como o Psol e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 94 / 2013

Brasília, 29 de maio de 2014.

PSTU, rasgadas no ano passado por aqueles que tomaram as ruas. O protesto, mais uma vez, acabou em pancadaria.

A preocupação com as mobilizações chegou também ao campo acadêmico. O Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB) se articula para acompanhar de perto as manifestações populares. No ano passado, não houve como fazer um acompanhamento sistemático dos eventos, já que eles surgiram sem aviso. Este ano, a situação é considerada diferente por pesquisadores da academia. A ideia é colocar professores e alunos para participar. "Este é um momento raro e muito rico. Nosso pessoal precisa estar presente", explica o sociólogo Sadi Dal Rosso, doutor em sociologia e professor titular da UnB.